



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

SENHOR PRESIDENTE;

Estado de São Paulo

SENHORES VEREADORES.

Justificativa

35. ^a Sessão	Data 27/10/20
As doudas comissões para parecer.	
Presidente	

Recebo constantemente reclamações sobre a demora das podas de árvore em nosso município. Está mais que claro que a prefeitura não aguenta a alta demanda. Uma alternativa seria a contratação, por parte dos munícipes, de empresas privadas especializadas em poda e corte de árvores.

O bom funcionamento da Cidade, seja por questões ambientais, seja por questões urbanísticas, depende dos serviços adequados na questão da poda/corte de árvores.

A ausência de tais serviços compromete a segurança das pessoas. Infelizmente, as vezes nos deparamos com casos em que uma árvore atinge a fiação elétrica ou telefônica, causando acidentes.

Essa proposição visa melhorar a qualidade do serviço público para que a poda/corte possam ser realizados por empresas privadas, cadastradas e autorizadas pelo município.

Projeto de Lei Nº

066/2020

**ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE
CORTE E/OU PODA DE ÁRVORES POR
PESSOAS JURÍDICAS PRIVADAS,
CADASTRADAS NO MUNICÍPIO DE
PRAIA GRANDE.**

Art.1º - As pessoas jurídicas privadas, ainda que sejam concessionárias ou permissionárias do Poder Público Municipal de Praia Grande, e que



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

quiserem prestar o serviço de poda e/ou corte de árvores no município, poderão fazê-lo mediante autorização dos órgãos municipais competentes.

§1º Exige-se da pessoa jurídica interessada para a emissão da autorização:

I – regularidade registral e nos cadastros ordinários perante a Administração Pública Municipal;

II – sede no município de Praia Grande;

III- ausência de condenação por infração administrativa ambiental e/ou crime ambiental;

IV – ausência da pessoas no quadro societário que tenha condenação por infração administrativa ambiental e/ou crime ambiental.

§2º - O município poderá negar/indeferir a autorização se perceber alteração societária ou composição societária com fim de dissimular a existência de pessoas que tenha condenação por infração administrativa ambiental e/ou crime ambiental.

§3º - O Município deverá divulgar em sítio eletrônico as pessoas jurídicas autorizadas a realizar o serviço de poda de árvore.

§4º - Poderá ser suspensa a autorização para a prestação do serviço de poda e/ou corte de arvores, instaurando processo administrativo para a cassação de autorização, com direito de defesa, nos seguintes casos:

I – Se a pessoa jurídica entrar em falência ou liquidação;

II – se a pessoas jurídica ou qualquer dos sócios for condenado, em segunda instância ou instância única, por crime ambiental;



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

III – se a pessoa jurídica ou qualquer dos sócios for condenado administrativamente por infração ambiental, respeitando o contraditório e a ampla defesa;

IV – houver mudança de sede para fora do município de Praia Grande;

V – descumprimentos das normas ambientais;

VI - poda ou corte sem o devido alvará/autorização, ou antes da expedição deste.

Art.2º - As pessoas jurídicas responsáveis pela poda e/ou corte de arvores deverão observar as seguintes condições:

I - alvará ou autorização administrativa prévios à poda ou corte;

II – respeito as normas do Código de Defesa do Consumidor e demais normas consumeristas estaduais e locais;

III – A pessoa jurídica fica responsável, solidariamente com o contratante, por qualquer infração ambiental cometida;

IV – O executor do serviço deve ser empregado ou sócio da pessoa jurídica, vedada a terceirização.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 27 de outubro de 2020.

Tatiana Toschi Mendes

TATIANA TOSCHI MENDES

VEREADORA